

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
VICE-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA



INSTITUTO GOIANO DE PRÉ-HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA

**PROJETO DE CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA
UNED - CIDADE DE GOIÁS**

Luis Cesar Fleury de Oliveira

Orientador: Dr. Klaas Wortmann

Projeto de Gestão
Mestrado Profissionalizante em Gestão do Patrimônio Cultural
Área de Concentração: Antropologia

GOIÂNIA
2004

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE GOIÁS
VICE-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA



INSTITUTO GOIANO DE PRÉ-HISTÓRIA E ANTROPOLOGIA

**PROJETO DE CRIAÇÃO E IMPLANTAÇÃO DA
UNED - CIDADE DE GOIÁS**

Luis Cesar Fleury de Oliveira

Orientador: Dr. Klaas Wortmann

Projeto de Gestão
Mestrado Profissionalizante em Gestão do Patrimônio Cultural
Área de Concentração: Antropologia

GOIÂNIA
2004

O48p

Oliveira, Luis Cesar Fleury de
Projeto de Criação e Implantação da UNED-Cidade de Goiás/
Luis Cesar Fleury de Oliveira. - Goiânia: IGPA/UCG, 2004.

x, 56f

Projeto (Mestrado) – Mestrado Profissionalizante em
Gestão do Patrimônio Cultural, Antropologia, Instituto
Goiano de Pré-História e Antropologia / Universidade Católica
de Goiás.

1. Educação Profissional Nível Médio. 2. Patrimônio
Cultural. I. Título.

CDD371

Dedico este trabalho à minha esposa **Eponina**, parceira incondicional.

Dedico, também, às memórias de minha mãe **Maria Eulina** e de minha avó **Franklina**. Três gerações de vilaboenses, três **Mulheres Fortes**, como “manda a tradição” da Cidade de Goiás.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Dr. Klaas Wortmann orientador do presente projeto pela segurança e competência transmitidas nos caminhos propostos e, principalmente, pela paciência e amizade.

Agradeço à professora Dr^a Maira Barberi pela amizade e pelas orientações em metodologia científica, que foram fundamentais para organizar esse mestrado e dar forma a esse trabalho.

Agradeço aos professores deste mestrado, na pessoa do professor Dr. Manuel Ferreira Lima Filho, e aos colegas, pela amizade, pelo companherismo, pelo apoio e pelo incentivo.

Agradeço à Leticia de Sousa Moreira, secretária deste mestrado, pela presteza e eficiência, sempre acompanhadas de um sorriso, na resolução de nossos problemas.

Agradeço ao tecnologista e professor Ms. Paulo Francinete da Silva Júnior, pelo irrestrito apoio na elaboração da proposta física deste projeto; ao professor Ms. Paulo César Pereira que, de certa forma, me encaminhou a este mestrado, pelo grande incentivo, e aos demais professores e funcionários do CEFET/Goiás pela colaboração a este trabalho.

Agradeço, de forma especial, à Pedagoga e Especialista em Educação e em Planejamento Curricular e Orientação Vocacional, Maria de Jesus da Silva, do CEFET/Goiás, pelo empenho em buscar e fornecer toda a legislação pertinente aos ensinos médio e técnico, bem como todo o material pedagógico, que foram a base legal e conceitual para a elaboração do presente projeto.

Agradeço à equipe do IPHAN 14^a Superintendência Regional, pela presteza e solicitude em fornecer dados e documentos para pesquisa, não somente para esse projeto, mas durante todo o mestrado.

Agradeço à minha esposa Eponina, a quem dedico esse trabalho, meu pai Ademar, meus filhos Arion, Camila e Moema, minha nora Geraldine, meu futuro genro Sérgio, pela paciência, pela confiança e pelo incentivo durante todo o mestrado.

E por fim, agradeço à minha neta Clarissa, que periodicamente me propiciava descanso ao exigir que eu deixasse os estudos ou o computador, para com ela brincar, ou permitir que brincasse com seus “joguinhos” na internet.

SUMÁRIO

Introdução	1
1. Justificativa	1
2. A Noção de Patrimônio Cultural	5
3. Caracterização dos Objetos de Estudo	8
3.1 CEFET / Goiás: Referência em Educação	8
3.2 Cidade de Goiás: Patrimônio Cultural	9
4. Objetivo Geral	13
4.1 Objetivos Específicos	13
5. Caracterização da Proposta	13
5.1 Proposta Concreta Apoiada na Estruturação do Conceito da UNED como Formadora de Técnicos.	13
5.1.1 Bases Legais	13
5.1.2 Estruturação da UNED / Cidade de Goiás	17
A) Conceitos	17
B) Referenciais Curriculares	17
C) Proposta Curricular	19
D) Recursos Humanos	27
5.2 Proposta Concreta Apoiada na Idealização da Estrutura Física	29
5.2.1 Conceituação do Edifício	29
5.2.2 Escolha do Local	30
5.2.3 Programa de Necessidades	30
A) Espaço Físico para a Área Administrativa	30
B) Espaço Físico para a Área Pedagógica	31
C) Móveis e Equipamentos	33
5.3 Proposta de Inserção Social através da UNED / Cidade de Goiás	38
6. Metodologia	41
7. Programação	42
8. Orçamento	44

8.1 Estrutura Física	44
8.2 Móveis e Equipamentos	45
9. Cronograma Físico	50
10. Cronograma Financeiro	51
Referências Bibliográficas	52
Anexo	54

RESUMO

A Cidade de Goiás em função de fatores de ordem política, econômica, geográfica, que lhes proporcionaram um certo isolamento, preservou suas características urbanísticas e ambientais, o que lhe permitiu o reconhecimento pela UNESCO, em 2001, como Patrimônio Cultural da Humanidade, e fez incrementar o interesse pela cidade e região, principalmente através do setor turístico, que influencia, por sua vez, o setor imobiliário.

Os imóveis da área tombada têm sido adquiridos por pessoas não residentes na cidade, para uso como residência de veraneio ou transformados em pousadas, e reformados, muitas vezes, com preservação apenas das fachadas. As áreas próximas ao entorno urbano estão se transformando em loteamentos com pouquíssima estrutura de serviços, e as áreas um pouco mais distantes estão passando por um processo de parcelamento em pequenas chácaras. Também os patrimônios imateriais tem sofrido transformações, ou descaracterizações, como é o caso da teatralização de manifestações religiosas e da modificação dos fazeres na culinária, dentre outros.

Em face desses fatores existe a necessidade de mão de obra, com formação voltada para a valorização e preservação dos diversos patrimônios presentes na Cidade de Goiás, a fim de apoiar uma gestão desses mesmos patrimônios de forma técnica, social e culturalmente adequadas.

Em função desses fatores e também do fato da cidade ser um polo de convergência regional de estudantes, esse projeto propõe, não a gestão desses patrimônios, mas a criação de uma Unidade de Ensino Descentralizada (UNED), do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás (CEFET / Goiás), para a formação de profissionais através de cursos técnicos de nível médio nas áreas de construção civil e meio ambiente. Complementando essa formação são propostos cursos regulares e também opcionais aos alunos e à comunidade na área de artes, para proporcionar conhecimento e respeito às diversas manifestações culturais. Busca esse projeto, de certa maneira também, com a criação dessa UNED, resgatar uma dívida histórica com a Cidade de Goiás, contraída com a transferência para Goiânia, e o conseqüente encerramento de suas atividades na cidade, da Escola de

Aprendizes Artífices de Goiás, hoje CEFET / Goiás, única das escolas criadas pelo presidente Nilo Peçanha em 1909 a ser transferida do município de origem.

Baseado na análise de diversas leis, decretos, pareceres e principalmente na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9394/96), nos Parâmetros Curriculares Nacionais - Ensino Médio e nos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico para as Áreas Profissionais de Construção Civil e de Meio Ambiente; e, com a definição de um programa de necessidades, do quadro funcional administrativo e docente, e da proposta curricular para os referidos cursos, esse projeto propõe, o planejamento, a construção e a instalação dos edifícios destinados a abrigar, com sua organização administrativa e pedagógica, a UNED / Cidade de Goiás.

ABSTRACT

Due to the particular insulation rendered by factors of political, economic and geographic nature, the City of Goiás managed to preserve its urbanistic and environmental characteristics, which led to its inscription by UNESCO in the World Cultural Heritage List in late 2001 and rendered an increased interest in the city and the region, mainly through tourism – which influences the real estate sector, by turn.

More and more, buildings located in the protected area are purchased by non-residents and turned into holiday homes or holiday inns, whose reforms frequently leave just their street-fronts untouched. Areas in the outskirts of the city are increasingly being transformed into allotments deprived of service infrastructure, and farther areas have undergone a process of division into small rural properties. Likewise, immaterial heritage have increasingly been transformed or depersonalized, such as the theatricalizing of religious forms of expression and the changes in local culinary art, among other changes.

In view of the abovementioned factors, there is a pressing demand for professionals duly instructed and prepared to valorize and preserve the vast cultural heritage existing in the City of Goiás, in order to support a technically, socially and culturally-adjusted management of the aforesaid heritage.

Considering these factors and the status of Goiás as a regional converging pole for students, this project does not aim at proposing ways to manage the heritage considered, but rather establishing a Decentralized Teaching Unit (UNED) under the Federal Center for Technological Education in Goiás State (CEFET/Goiás), where future professionals could be prepared through technical high school courses in the areas of Building Construction and Environment. The core technical courses would be complemented by regular and optional courses in the subject-area of Arts, to be attended by enrolled students and the local population as well, in order to develop knowledge and respect with regard to the varied cultural forms of expression. In addition, the establishment of UNED in Goiás – the proposal presented herein – also aims at expiating a historical debt with the City of Goiás, which has suffered the transfer to Goiânia of the Goiás School of Craftsmen Apprentices (later turned into CEFET/Goiás) and the consequent closing of its activities in the city,

being that the only school established by President Nilo Peçanha in year 1909 to be transferred from its original location to another city.

Based on the analysis of a number of Laws, Decrees, juridical opinions and specially on the National Education Guidelines and Frameworks Law (Law 9.394/96), the National Curriculum Parameters – High School – and the National Curriculum References for Technical Professional Education in the Areas of Building Construction and Environment; and also on the definition of a program comprising the needs of administrative and teaching staff and the curriculum proposals for the aforementioned courses, this project proposes the planning, construction and establishing of the buildings intended to lodge UNED/City of Goiás, as well as its administrative and pedagogic organization.

Introdução

Este projeto, tendo como base institucional o Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás – CEFET / Goiás, propõe a criação de uma Unidade de Ensino Descentralizada deste centro, na cidade de Goiás – UNED / Cidade de Goiás, que através de Cursos Técnicos de Nível Médio formará técnicos para atender às demandas geradas pelo fato da cidade ter se tornado, em 2001, “Patrimônio Cultural da Humanidade” e aquelas que serão geradas com a criação recente do “Parque Estadual da Serra Dourada”. Essas demandas serão sanadas com a instalação de cursos na área de Construção Civil, com enfoque no desenvolvimento das técnicas de preservação e restauro de bens edificados assim como na área de Meio Ambiente, privilegiando a formação de técnicos para o desenvolvimento sustentável dos campos de cerrado, campos de altitude, campos rupestres, cerrados *stricto sensu*, cerradões (matas de cerrado), matas ciliares, matas de galeria, várzeas úmidas, enfim todo o Ecossistema Cerrado, promovendo dessa forma a preservação da fauna, da flora e dos recursos hídricos. Paralelamente a essa formação técnica deverão ocorrer cursos regulares, e também opcionais, destinados aos alunos e cursos extensivos à comunidade na área de Artes, com enfoque em artes plásticas, artes cênicas, música, dança, canto, enfim nas suas diversas linguagens estéticas, que permitirão melhorar as qualidades culturais na coletividade, desenvolver uma postura ética e, principalmente, o respeito pela diversidade cultural.

1. Justificativa

Tomando como referencial o Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás - CEFET / Goiás em toda a sua trajetória de existência, desde a sua criação como Escola de Aprendizizes Artífices de Goiás, este projeto propõe a criação e implantação de uma UNED - Unidade de Ensino Descentralizada - na cidade de Goiás para a formação de técnicos que, no futuro, serão agentes fundamentais no apoio à gestão dos diversos patrimônios presentes nesta cidade, bem como em outras partes do estado e do país.

Com a transferência para Goiânia, em 1942, da Escola de Aprendizes Artífices de Goiás, única das escolas criadas pelo presidente Nilo Peçanha, em 1909, que teve sua sede deslocada do município de origem, ficou a cidade de Goiás desfalcada, em sua estrutura educacional, de cursos para a formação profissional. E, com base neste fato, este Projeto busca também, de certa forma, compensar a perda dessa escola, que durante mais de 30 anos, formou profissionais para a indústria regional, e resgatar essa dívida histórica com a cidade.

“ Mas, esse passado invocado, convocado, de certa forma encantado, não é um passado qualquer: ele é localizado e selecionado para fins vitais, na medida em que pode, de forma direta, contribuir para manter e preservar a identidade de uma comunidade étnica ou religiosa, nacional, tribal ou familiar “. (Choay , 2001:18).

O Projeto de Criação e Implantação da UNED / Cidade de Goiás como um projeto de (re)criação da Escola de Aprendizes Artífices de Goiás é uma ponte resgatando o passado em favor do futuro, como nos diz José Reginaldo Santos Gonçalves:

“O patrimônio cultural de uma nação pode ser interpretado como um interminável conjunto de traços ou fragmentos que sempre escapam de uma classificação fechada.. (...) eles podem ser pensados como “indecidíveis”, para usar uma das palavras do jargão de Derrida. Enquanto tais, eles sempre escapam na direção do passado, ou na direção do futuro, ou, ainda, na direção de um espaço distante. Eles podem ser usados como pontes móveis a prometer o acesso a qualquer ponto distante e inaproximável no tempo e no espaço. No contexto das narrativas brasileiras de patrimônio cultural, esses elementos são usados como pontes não somente para um distante e evanescente passado, mas, principalmente, para um igualmente distante e emergente futuro. Nesse sentido, tanto Ouro Preto quanto o Terreiro Casa Branca, enquanto monumentos nacionais, são preservados não somente a partir de um desejo permanente e insaciável por

um passado distante, mas, sobretudo, a partir da esperança na construção de um futuro.” (Gonçalves, 1996: 129-130)

É através da educação, da formação de mão-de-obra motivada e envolvida com o Patrimônio Cultural, seja material, pedra e cal, seja imaterial, intangível, que se vai construir uma política de preservação legitimada, não somente em seu valor como símbolo da nacionalidade, mas também nos seus valores culturais mais plurais, visando a sua transmissão para as gerações futuras.

Em outubro de 1931, portanto há mais de 70 anos, a “Carta de Atenas” documento síntese da conferência da “Sociedade das Nações” já preconizava a importância da educação na conservação dos monumentos e obras de arte. Em seu inciso VII alínea b “O papel da educação e o respeito aos monumentos”, a conferência enfatiza que o poder público, através de “ação apropriada” pode beneficiar amplamente o sentimento de respeito e de interesse das populações locais por seus monumentos e obras de arte e que os educadores devem inculcar nas crianças e nos jovens o zelo na proteção aos “testemunhos de toda a civilização”. Outra recomendação da conferência é a colaboração, nos diversos países, entre os arquitetos e os conservadores de monumentos “com os representantes das ciências físicas, químicas e naturais para obtenção de métodos aplicáveis em casos diferentes”, o que evidencia a importância da escola para assegurar não só uma base tecnológica, mas também uma base científica, na formação da mão-de-obra especializada. (Cartas Patrimoniais. IPHAN,2000)

“As narrativas nacionais sobre patrimônio cultural estão estruturalmente articuladas por essa oposição entre transitoriedade e permanência, sendo que as práticas de resgate, restauração e preservação incidem sobre objetos que podem ser pensados como análogos a ruínas, quando não se constituem literalmente em ruínas. Como tais, esses objetos estão sempre em processo de desaparecimento, ao mesmo tempo em que provocando uma permanente reconstrução. Esse interminável jogo entre desaparecimento e reconstrução é que move as narrativas nacionais sobre

patrimônio cultural em sua busca por autenticidade e redenção.”
(Gonçalves, 1996:28)

Esse projeto tem como proposta que, com a criação da UNED / Cidade de Goiás em seu objetivo de resgatar os Cursos Técnicos de Nível Médio, seja potencializada essa estrutura de excelência educacional, que atendia plenamente às necessidades e anseios, tanto do mercado de trabalho, como da comunidade e está inerte desde a sua desativação na escola sede em Goiânia.

Tem em vista também o interesse do Governo Federal em estender sua rede de cursos técnicos para as cidades do interior através de unidades descentralizadas, vinculadas administrativamente às escolas sede.

A proposta se baseia outrossim, no fato de que a cidade de Goiás em função de sua posição geográfica e/ou sua importância histórica/cultural continua sendo um pólo educacional dentro do Estado, funciona como uma etapa na transferência de estudantes entre as cidades de sua região e a capital Goiânia; no entanto, essa formação só se dá no campo acadêmico, e ficam seus jovens, por falta de ensino profissional, vivendo em subempregos, ou se dirigem a outras cidades para completarem sua formação e normalmente não retornam, e a cidade, que soube se preservar, e vive atualmente um incremento no setor turístico, fica carente de profissionais, o que coloca em risco seu patrimônio.

“ Certamente, à medida que um lugar e a consciência que ele tem de si mesmo voltarem-se para sua afirmação cultural – que não existem sem as afirmações política e econômica – poder-se-iam vislumbrar pelo menos alguns padrões regionais personalizados. Nessa verdadeira corrida que está havendo pela disputa turística, terão mais trunfos os lugares que no passado melhor souberam preservar e hoje se avantajam sobre os demais; esses “demais” que sempre foram demasiadamente afoitos, buscando um desenvolvimento tão incompleto quanto destruidor da História...” (Yázigi, 2001: 17)

2. A Noção de Patrimônio Cultural

Patrimônios culturais podem ser pensados como alegorias onde idéias e valores nacionais são vistos em objetos, coleções, cidades históricas, monumentos, paisagens etc. Nessa categoria de alegoria, o patrimônio cultural é possuidor de uma conotação política e moral: se o patrimônio cultural está se perdendo, a própria nação está ameaçada. Há a necessidade urgente de defesa, proteção e restauração desse patrimônio pelos representantes da nação ou por ela própria para impedir que se degrade ou seja destruído. A existência da nação independente, individualizada, pressupõe a apropriação de seu patrimônio cultural enquanto sua propriedade. (Gonçalves,1996)

No estudo desenvolvido por Maria Cecília Londres Fonseca(1997), no seu livro “O Patrimônio em Processo”, ela chama a atenção para o fato de, no Brasil, ser abordada a questão dos “patrimônios históricos e artísticos nacionais” apenas sob o enfoque dos seus objetos constituintes e, quando muito, os discursos que os legitimam. Para ela, os processos e as práticas de construção dos patrimônios, tendo seus atores definidos, em circunstâncias específicas, é que vão atribuir valor a esses bens e é essa atribuição de valor que elucida o modo de construção destes.

A existência de um patrimônio pressupõe uma atribuição de determinados valores específicos definidos pela heterogeneidade da cultura de referência, que são acrescidos às suas funções e seus significados. (Fonseca,1997)

O *bem* considerado na sua categoria de *bem cultural* tem valor utilitário e econômico, mas prioritariamente, tem seu valor como *símbolo* da determinada cultura enquanto seleção de materiais, técnicas de elaboração e construção, forma, estética, motivação, enfim são referenciais dos sistemas simbólicos da organização social, do modo e das condições de produção dos bens, no tempo e no espaço. (Fonseca,1997)

O patrimônio enquanto bem, pressupõe a existência de interlocutores da comunicação social, para aceitá-lo, para contestá-lo ou para transformá-lo não sendo suficiente apenas selecionar e proteger esse bem. (Fonseca,1997)

Os valores históricos e/ou artísticos têm sido utilizados como principais valores culturais na conceituação de monumento histórico, patrimônio e também na determinação da necessidade de preservação. A noção de “patrimônio histórico e artístico nacional”

surgiu a partir do momento em que, em nome do interesse da população, o poder público passou a exercer a proteção legal dos bens que possuíam atributos de simbolizarem a nação. Dessa forma o patrimônio é utilizado em dois momentos distintos: como *bem* que legitima a idéia de nação e como *depositário da memória e tradição* na construção de identidades coletivas. (Fonseca,1997)

Também a história e a antropologia são importantes na construção dos conceitos de patrimônio cultural de uma nação através da tese da constituição ficcional do passado e da cultura que legitima os conceitos de identidade e memória nacional, dando coerência e continuidade a entidade Nação. (Gonçalves,1996)

A preservação de monumentos de valor artístico e/ou histórico só passou a ser motivo de preocupação das sociedades nacionais quando estiveram sob ameaça de destruição por ações, principalmente, de vandalismo ideológico. (Fonseca,1997)

Deve-se ter também como preocupação: a conversão de obras de arte, assim como as antigüidades, em mercadorias; a pressão imobiliária sobre as normas de edificações e o uso do solo urbano e sobre áreas naturais; e o próprio turismo de massa, que influencia negativamente sobre o patrimônio cultural. (Fonseca,1997)

O turismo, particularmente, é ambíguo em sua relação com o patrimônio cultural: ele deve ser um fator de preservação, pois a autenticidade, a conservação, a história, a beleza artística e ambiental são fundamentais no uso turístico; o que se percebe, no entanto, é que o uso do patrimônio cultural para fins turísticos muitas vezes provoca a sua degradação, sua descaracterização parcial ou, às vezes, total, seu deslocamento de função, quando não a sua destruição.

As manifestações culturais de um determinado povo são de grande interesse para o turismo. Qualquer área que pretenda atrair turistas deve planejar, construir instalações e elaborar programas que incluam as atividades culturais locais. Fundamental se faz também a preparação da comunidade de apoio.

O turismo é, reconhecidamente, uma das mais importantes atividades econômicas mundiais da atualidade e detentora das mais promissoras perspectivas para o futuro, para este século XXI.

A atividade turística no entanto, não é uma atividade inofensiva, uma “indústria sem fumaça”, como alardeiam os seus defensores. Existem grandes e difíceis problemas a serem resolvidos pela e para a atividade, que geram grandes polêmicas.

A paisagem tem sido largamente empregada na fixação de identidades nacionais e sempre construiu o caráter identitário, notadamente no Brasil. Assim como a Nação, unitária, homogênea, foi substituída pela sociedade, em todos os seus conflitos, a paisagem passou a sintetizar as identidades regionais. (Meneses,2001)

Os maiores problemas da atividade turística estão concentrados no âmbito do *turismo cultural*, envolvendo todas as suas manifestações, em particular a *paisagem*.

Sendo capaz de sustentar sozinho a economia de certos países, o turismo, como já foi dito, é um dos setores da indústria com maior participação na economia mundial, nos tempos atuais, e em franco crescimento. Dentre os segmentos do turismo, a paisagem é , certamente, um dos mais importantes economicamente. (Meneses,2001)

Não causa preocupação a *dimensão* da participação econômica da paisagem na atividade turística mas o seu *uso como mercadoria*, pois dessa forma, passa a ter importância apenas como objeto de sensações, “reduzindo-a a meros símbolos abstratos, que podem ser selecionados e recombinaados infinitamente segundo interesses imediatos ou predominantes” (Meneses, 2001), chegando a serem construídas réplicas para uso turístico, como é o caso dos parques temáticos.

A paisagem, como mercadoria, é “altamente vendável” mas, assim concebida provoca efeitos negativos sobre a cultura, que passa a ser considerada um *segmento* e não uma *dimensão* da existência humana.

A representação da nação através de seus traços culturais faz com que ela seja simbolicamente uma entidade coesa, individualizada e bem definida em seus limites. Os patrimônios culturais são a própria nação, os depositários de sua história e sua identidade; são constituídos pelos dois grupos de bens, ou seja, o *patrimônio material* representado pelos edifícios, obras de arte, monumentos, documentos, lugares históricos, sítios arqueológicos, relíquias, sítios ecológicos e o *patrimônio imaterial* ou *intangível* que são as festas populares, os ritos, os fazeres e os saberes. Todos, no entanto, como objetos ou atividades comunitárias são utilizados no reforço da entidade nação.

Enfim patrimônio pode ser concebido como emblemas da tradição e da civilização, como o representado pelo “pedra e cal”, ou pode ser considerado como referência para a produção cultural de uma nação, dando continuidade à sua trajetória histórica como é o caso do “patrimônio imaterial, intangível”.

3. Caracterização dos Objetos de Estudo

3.1 CEFET / Goiás: Referência em Educação

Através do Decreto 7.566 de 23 de setembro de 1909, o então Presidente da República, Nilo Peçanha criou a ESCOLA DE APRENDIZES ARTÍFICES em todos os estados do Brasil, ficando sediada a unidade goiana na cidade de Goiás.

Em 1910, tendo como primeiro diretor Virgílio José de Barros, a Escola de Aprendizes Artífices de Goiás iniciou as atividades de formação de mão-de-obra nos ofícios de alfaiataria, sapataria, forja e serralheria, marcenaria e empalhação, selaria e correaria. O ensino era ministrado em oficinas de trabalho manual e mecânico, segundo as necessidades da indústria, que na época era bastante incipiente.

Em 1942 a Escola foi transferida para Goiânia, onde passou a ocupar um prédio próprio e teve sua denominação alterada para Escola Técnica de Goiânia. Iniciou suas atividades letivas em 1943, mantendo os Cursos Profissionalizantes de 1º Grau, o chamado Ginásio Industrial, em regime de Externato e introduziu o regime de Internato para atender aos alunos vindos do interior do estado. Em 20 de agosto de 1965 mudou sua denominação para Escola Técnica Federal de Goiás, e passou a ministrar Cursos Técnicos de 2º Grau. Assim permaneceu até 19 de maio de 1999 quando foi transformada em Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás, introduzindo o Curso Médio (acadêmico), Disciplinas Profissionalizantes por Módulos e os Cursos Tecnológicos de 3º Grau e encerrando os Cursos Técnicos de 2º Grau, agora designados Cursos Técnicos de Nível Médio.

Não houve justificativa plausível para o encerramento dos cursos técnicos de 2º grau. A absorção desses técnicos pelo mercado de trabalho era, naquele momento, acima das expectativas; a demanda da comunidade pelos cursos era enorme, girando em torno de

8.000 o número de candidatos inscritos ao vestibular para uma oferta de 880 vagas anuais. Toda a experiência técnica e pedagógica adquirida ao longo de 34 anos foi simplesmente descartada.

O encerramento dos cursos técnicos ocorreu de forma arbitrária, a nosso ver. Em lugar dos Cursos Técnicos de Nível Médio, foram criados Cursos Tecnológicos de 3º Grau, sem que houvesse na escola laboratórios e bibliografia adequados, nem professores para atender à nova demanda de conteúdos e tampouco com a titulação necessária. A diretoria daquele momento pretendeu mostrar competência e eficiência com a agilização na implantação dos novos cursos. Como o Decreto 2.406/97 que regulamenta a Lei 8.948/94, em seu art. 3,º que trata das características básicas dos CEFETs, não cita especificamente os cursos técnicos, a diretoria ignorou o art. 4º inciso II deste mesmo decreto que determina, como objetivos destes mesmos CEFETs, ministrar cursos técnicos. Para justificar o encerramento dos cursos técnicos, a diretoria de então, argumentou ter se baseado no resultado de uma pesquisa que apontava ser de maior interesse da comunidade e das empresas a implantação de cursos tecnológicos; hoje existe um consenso de que essa pesquisa foi falha, tendo em vista a grande busca, por parte da população, pelos Cursos Técnicos de Nível Médio e pelas empresas dos profissionais formados nesse nível de escolarização.

3.2 Cidade de Goiás: Patrimônio Cultural

Em 1727 Bartolomeu Bueno da Silva, o filho, fundou o Arraial de Sant'ana, às margens do Rio Vermelho, para dar abrigo e suporte ao garimpo de ouro, de aluvião, que se iniciava neste rio. Foi elevada a categoria de Vila em 1732 com o nome de Vila Boa de Goiaz e com a separação da Comarca de Goiaz, de São Paulo, passou a ser sua capital em 1744. Em 1818 foi elevada à categoria de Cidade com o nome de Goiaz, foi criado seu município e se tornou Capital da Província de Goiaz, tendo permanecido nessa condição até 23 de março de 1937 quando foi efetivada a transferência da capital para a cidade de Goiânia, ainda em construção.

A mudança da capital da cidade de Goiás para Goiânia tem várias teorias e referências históricas desde a época do Brasil Colônia. Sem pretender entrar na polêmica

sobre essas teorias, pelos fatos observados no momento dessa mudança, comungamos com a teoria de que a motivação foi predominantemente política, haja visto o total esvaziamento da cidade de Goiás de suas instituições educacionais e culturais como foi o fato da transferência para Goiânia, do Jardim da Infância, do Grupo Escolar Modelo e do Lyceu de Goiás (uma das mais antigas instituições de ensino do Brasil), que formavam a trilogia do ensino básico sob a responsabilidade do Estado, da Faculdade de Direito e da Escola de Aprendizes Artífices de Goiás.

Segundo Jaime Câmara (1973), o apoio dado de pronto por Goiás ao ditador Getúlio Vargas contra o movimento constitucionalista de 1932, deflagrado por São Paulo, aumentou o prestígio de Pedro Ludovico nas esferas federais. Este, aproveitando-se do momento psicológico favorável, enviou um comunicado ao ditador dizendo da necessidade da mudança da capital de Goiás, e na conclusão diz não alimentar sentimentos contrários à Cidade de Goiás, frisando ter nela nascido, sido criado e educado, e que visava “exclusivamente tornar grande o futuro de Goiás”.

No entanto, em todas as manifestações de apoio à mudança, apesar de sempre frisarem não ser esta a intenção, era notória a busca da destruição da cidade de Goiás, como no editorial do “Correio Oficial” sob a direção de Celso Hermínio Teixeira:

*“(...) A nossa Capital, há cinqüenta anos que possui a mesma população. Os prédios são os mesmos, há três decênios atrás. E o clima é muito mais exaustivo que o do sul do Estado. Nossa principal cidade é construída em terreno rochoso, onde uma rede de esgotos sai por preço deveras avultado. Há falta d’água e a prova é que ninguém, até hoje se aventurou a canalizá-la. (...) qual o goiano da capital não gasta uma grande soma em farmácia?
(...) Pois a capital é a sala de visita do Estado. E ela não pode estar muito aquém, como a nossa, da evolução de suas congêneres. E muito menos não representar, como a de Goiás, o adiantamento geral do Estado”
(Câmara, 1973: 46-47).*

Esta situação de conflito social cada vez mais amargurava o povo vilaboense. Quanto mais debatiam os mudancistas e os anti-mudancistas mais se abria a ferida na sua auto-estima.

Todo esse contexto pode ser sintetizado no editorial do jornal “A Razão” também citado por Câmara (1973) em “Os Tempos da Mudança”:

“(...) a obra mudancista (...) mutilada em seu espírito de construção de uma cidade que correspondesse plenamente às necessidades econômicas e geográficas do Estado, ela se transformou, desde o início, em lamentável campanha de descrédito e insultos ao povo e à cidade de Goiás. Dir-se-ia que estava em tela, não a construção de uma cidade, mas a destruição de outra”.

Após a mudança da capital em 23 de março de 1937, vendo-se destituída de seus bens educacionais e culturais, a cidade de Goiás se fechou em sua dor. Passado o impacto inicial, absorveu todo o discurso anti-modernista, e assim firmou suas convicções na *preservação de suas tradições* e desenvolveu fortemente sua *identidade*.

Historicamente isolada nos sertões do Brasil Central, menosprezada pela “Côrte”, soube a cidade de Goiás, preservando sua tradição, manter sua identidade usando basicamente quatro categorias que se intercalam: seus Patrimônios Ambiental, Urbano/Edificado, Místico/Religioso/Profano e Intelectual:

- O Meio Ambiente com sua Serra Dourada, seu Rio Vermelho, seus morros, suas cachoeiras, sua vegetação singular, seu luar, seu pôr-do-sol;
- O Patrimônio Urbano/Edificado com suas ruas tortuosas, seu casario geminado, seus becos, seus largos, seus chafarizes, suas pontes, suas igrejas, seus edifícios públicos;
- O Patrimônio Místico/Religioso/Profano com seu carnaval, seu Zé Pereira, suas folias de Reis e do Divino, suas congadas, seus tapuios, sua Semana Santa com a Procissão do Fogaréu, encenação da Paixão no Chafariz, a Procissão do Senhor Morto, o Canto do Perdão feminino na igreja de São Francisco e, a partir desse ano, a retomada do Canto do Perdão masculino na igreja d’Abadia.

- O Patrimônio Intelectual através de sua literatura em prosa e verso, sua música e a memória, ainda viva, da cultura erudita que seus jovens buscavam em Paris, via Salvador na Bahia, e que transformavam suas noites quentes em momentos de música e literatura, nos famosos saraus.

Do ponto de vista da preservação da cultura, a reclusão da cidade de Goiás, proporcionou o *fortalecimento das suas tradições e da sua identidade*, e se reverteu num fabuloso ganho para toda uma coletividade. Tendo sido impedida de se tornar moderna, tendo sido impedida de crescer, de se industrializar, de desenvolver-se comercialmente, tendo sido metaforicamente morta, a cidade de Goiás tornou-se uma Phoenix e no final de 2001 ao ser proclamada Patrimônio Cultural da Humanidade pela UNESCO, “renasceu das cinzas”, “reviveu”, mostrando a todos que, como diz uma expressão muito usada por sua gente, referindo-se a uma pessoa aparentemente pacata, “uma brasa encoberta” na verdade designa *ela própria*, que viveu todos esses anos ardente em seu âmago, esperando o momento de *se mostrar em toda sua plenitude*.

No entanto o seu reconhecimento pela UNESCO, como Patrimônio Cultural da Humanidade, proporcionou um incremento do interesse pela cidade e região, principalmente através do setor turístico, que influencia por sua vez o setor imobiliário. Dessa forma os imóveis da área tombada têm sido vendidos, principalmente, a pessoas não residentes na cidade, para uso como residência de veraneio ou transformados em pousadas, reformados, muitas vezes, com destruição total das características interiores, sendo preservadas apenas as fachadas. As áreas próximas do entorno urbano estão se transformando em loteamentos com pouquíssima estrutura, e as áreas um pouco mais distantes estão passando por um processo de parcelamento em pequenas chácaras. Também os patrimônios imateriais tem sofrido transformações, às vezes descaracterizações, como é o caso da teatralização de manifestações religiosas e a modificação dos fazeres na culinária, dentre outros.

4. Objetivo Geral

Criação e Implantação de uma Unidade Descentralizada de Ensino na cidade de Goiás -UNED / Cidade de Goiás, do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás - CEFET / Goiás.

4.1 Objetivos Específicos

- I- Projeto e Construção de um Edifício com todos os ambientes necessários.
- II- Criação e Implantação de Curso Técnico na Área de Construção Civil.
- III- Criação e Implantação de Curso Técnico na Área de Meio Ambiente.
- IV- Elaboração das Propostas Curriculares necessárias à Implantação dos Referidos Cursos.

5. Caracterização da Proposta

5.1 Proposta Concreta Apoiada na Estruturação do Conceito da UNED como Formadora de Técnicos

5.1.1 Bases Legais

A Constituição Federal de 1988 determina em seu artigo 205:

“A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.”

O Inciso II do art. 208 da Constituição de 1988 determina como dever do Estado “a progressiva extensão da obrigatoriedade e gratuidade ao Ensino Médio”. Com a emenda Constitucional nº14/96 essa redação foi modificada, sem no entanto “alterar o espírito da redação original”, passando a fazer parte do texto constitucional “a progressiva universalização do Ensino Médio gratuito” tornando o Ensino Médio um direito de todo cidadão. O Ensino Médio deixa de ser *obrigatório* para as pessoas mas sua oferta é *dever* do Estado.

A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Em seu Título I: Da Educação, Art. 1º faz uma conceituação da abrangência da educação e seus processos formativos e em seu § 2º diz: “A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social”, e em seu Título II: Dos Princípios e Fins da Educação Nacional, Art. 2º, volta a enfatizar a importância da educação para o trabalho e encerra dizendo: “...tem por finalidade o desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho.” No Título V, Capítulo II, Seção IV, Do Ensino Médio, Art. 35 diz:

“O ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I- a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II- a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III- o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV- a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.”

O Art. 36 determina as diretrizes para o ensino médio e em seu § 2º diz: “O ensino médio, atendida a formação geral do educando, poderá prepará-lo para o exercício de profissões técnicas”, e em seu § 4º estabelece que: “A preparação geral para o trabalho e, facultativamente, a habilitação profissional, poderão ser desenvolvidas nos próprios estabelecimentos de ensino médio ou em cooperação com instituições especializadas em educação profissional”, o que habilita os CEFETs a continuarem ministrando os Cursos Técnicos de Nível Médio.

No Capítulo III, Da Educação Profissional, em seu Art. 39 há a determinação de que: “A educação profissional, integrada às diferentes formas de educação, ao trabalho, à ciência e à tecnologia, conduz ao permanente desenvolvimento de aptidões para a vida produtiva” e complementa com os artigos 40, 41 e 42 as normas para essa categoria de ensino. A regulamentação do § 2º do art. 36 e os arts. 39 a 42 da Lei nº 9.394 que foi definida no Decreto nº 2.208/97 e na Portaria 646/97 foi revogada pela Portaria nº 2.736 de 30/09/2003 estando portanto essas leis, no momento, sem regulamentação.

Ainda pela nova LDB, Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional (Lei 9394/96), o Ensino Médio passa a fazer parte da Educação Básica (Art. 21) e o considera como “etapa final da educação básica” (Art. 36) dando-lhe caráter de “terminalidade”, de “etapa final de uma educação de caráter geral”.

“Em suma, a Lei estabelece uma perspectiva para esse nível de ensino que integra, numa mesma e única modalidade, finalidades até então dissociadas, para oferecer, de forma articulada, uma educação equilibrada, com funções equivalentes para todos os educandos:

- *A formação da pessoa, de maneira a desenvolver valores e competências necessárias à integração de seu projeto individual ao projeto da sociedade em que se situa;*
- *O aprimoramento do educando como pessoa humana incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;*
- *A preparação e orientação básica para sua integração ao mundo do trabalho, com as competências que garantam seu aprimoramento*

profissional e permitam acompanhar as mudanças que caracterizam a produção no nosso tempo.

- *O desenvolvimento das competências para continuar aprendendo, de forma autônoma e crítica, em níveis mais complexos de estudos”.*
[PCN(EM) 1999:22].

A Lei 8.948/94 institui o Sistema Nacional de Educação Tecnológica que “tem como finalidade permitir melhor articulação da Educação Tecnológica, em seus vários níveis, entre suas diversas instituições ...”; transforma as Escolas Técnicas Federais em Centros Federais de Educação Tecnológica, e dispõe sobre as normas para viabilizar essa transformação. O Decreto nº 2.406 de 27 de novembro de 1997 regulamenta a Lei 8.948/94 e, em seu Art. 4º ao definir os objetivos dos Centros de Educação Tecnológica, determina em seu inciso II: “ministrar ensino técnico, destinado a proporcionar habilitação profissional para os diferentes setores da economia”. Em seu Art. 8º regulamenta que os CEFETs “... gozarão de autonomia para a criação de cursos e ampliação de vagas nos níveis básico, técnico e tecnológico da Educação Profissional...”

Pelo Parecer nº 17/97 do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica aprovado em 03/12/97 que determina as Diretrizes Operacionais para Educação Profissional em Nível Nacional, o Conselheiro Fábio Luiz Marinho Aidar destaca a presença, num capítulo próprio, da educação profissional, “embora de forma bastante sucinta”, o que evidencia “o reconhecimento do papel e da importância dessa modalidade de ensino” na educação brasileira. Salienta também Aidar (1997) que a educação profissional não veio com a intenção de substituir a educação básica mas sim de complementá-la, e que a valorização da educação profissional não diminui a importância da educação básica pois para haver uma educação profissional de qualidade, necessário se faz a existência de uma educação básica também de qualidade, o que “constitui a chave do êxito de sociedades desenvolvidas”. Importante também no Parecer é o entendimento de que a existência da oferta paralela de Ensino Médio e Ensino Técnico não fere os preceitos legais:

“Ressalte-se que não há qualquer impedimento para que a mesma escola continue desenvolvendo concomitantemente o ensino médio e o técnico. E, dependendo da habilitação, os currículos e horários poderão continuar sendo organizados de tal forma que o aluno possa estudar e trabalhar, como ocorre em parte dos casos atualmente.” (Aidar,1997)

5.1.2 Estruturação da UNED / Cidade de Goiás

A) Conceitos

Este projeto é proposto, portanto, dentro desse contexto de valorização da preparação para o trabalho, como preconizado na própria Constituição de 1988; do destaque dado ao Ensino Técnico na LDB/1996; e da constatação da importância dessa formação profissional, tanto para a população em geral, promovendo o desenvolvimento social, como para a preservação, conservação e restauração de nosso patrimônio cultural.

A reformulação do ensino preconizada pela Lei 9394/96, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, notadamente no que se refere ao Ensino Médio, busca “uma política mais geral de desenvolvimento social” [PCN(EM),1999] quando propõe promover reformas na educação que possibilitem a superação da desvantagem quanto aos índices de escolarização e de nível de conhecimento apresentados pelos países desenvolvidos. Dessa forma o Ensino Médio deixa o simples exercício da memorização e passa a viabilizar a formação geral onde se desenvolve as “capacidades de pesquisar, buscar informações, analisá-las e selecioná-las; a capacidade de aprender, criar, formular”. [PCN(EM),1999]

B) Referenciais Curriculares

A proposta deste projeto é a criação de Cursos Técnicos de Nível Médio, o que exige a conjugação dos Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Médio com os Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico.

O art. 10 da Resolução CEB nº 3, de 26 de junho de 1998 determina a divisão da base nacional comum dos currículos do ensino médio em três áreas do conhecimento: Linguagens, Códigos e suas Tecnologias; Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias; Ciências Humanas e suas Tecnologias. No § 2º deste mesmo artigo existe a determinação de que:

“As propostas pedagógicas das escolas deverão assegurar tratamento interdisciplinar e contextualizado para:

- a) Educação Física e Arte, como componentes curriculares obrigatórios;*
- b) Conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania.”*

O art. 11 dessa mesma resolução determina em seu inciso III que “a base nacional comum deverá compreender, pelo menos, 75% (setenta e cinco por cento) do tempo mínimo de 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas, estabelecido pela lei como carga horária para o ensino médio”; O § 2º do art. 12 da Resolução CEB nº 3/98 dá autonomia às escolas, após atendida a formação geral e a preparação básica para o trabalho, preparar para o exercício de profissões técnicas, e no art. 13 existe a determinação de que para uma habilitação profissional poderão ser aproveitados, da parte diversificada ou da base nacional comum, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) da carga horária mínima para o ensino médio, o que nos permite a utilização de 600 (seiscentas) horas para as disciplinas instrumentais. No parágrafo único desse mesmo artigo existe a determinação de que os estudos estritamente profissionalizantes, oferecidos de forma concomitante ou posterior ao ensino médio, tenham carga horária adicional às 2.400 (duas mil e quatrocentas) horas mínimas previstas em lei, o que implica que ao final do 3º (terceiro) ano o aluno receba a certificação do Ensino Médio e com mais um ano de estudos profissionalizantes seja certificado como Técnico de Nível Médio. [PCN(EM),1999]

Os Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico que tem por função subsidiar a elaboração dos currículos para o nível técnico, ao estabelecer as matrizes de referência para o processo produtivo, propõe a divisão em subfunções que englobam as Competências, com seus insumos e saberes; as Habilidades,

sejam elas psicomotoras e/ou socioafetivas e as mentais; e as Bases Tecnológicas que resultam da utilização dos conhecimentos científicos. [EP(RCN),2000]

Estabelecem também os Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico, que na área de Construção Civil, em função da natureza das suas atividades inerentes, o processo produtivo seja dividido em três funções que são: “1- Planejamento e Projeto”, com as subfunções “1.1- Elaboração de Estudos de Viabilidade Técnico-econômica de Empreendimentos, de Laudos Avaliatórios, de Plantas de Valores Genéricos e Pareceres Técnicos, 1.2- Elaboração de Estudos e Projetos Técnicos, 1.3- Elaboração de Planejamento de Obras”; “2- Execução”, com as subfunções “2.1- Instalação e Gerenciamento de Canteiros de Obras, 2.2- Execução de Obras, 2.3- Controle de Processos”; “3- Manutenção e Restauração”, com as subfunções “3.1- Instalação e Gerenciamento de Canteiros de Obras, 3.2- Execução de Obras de Manutenção e Restauração, 3.3- Controle de Processos”. Na área de Meio Ambiente as funções são: “1- Reconhecimento dos Processos nos Recursos Naturais” e as subfunções “1.1- Estudos dos Processos de Conservação, 1.2- Estudos dos Processos de Degradação Natural”, “2- Avaliação das Intervenções Antrópicas” com as subfunções “2.1- Exploração de Recursos Naturais, 2.2- Processos Produtivos”, “3- Avaliação dos Princípios de Prevenção e Correção” e suas subfunções “3.1- Legislação e Gestão Ambiental, 3.2- Usos e Tecnologias”. [EP(RCN),2000]

C) Proposta Curricular

Tendo o embasamento conceitual e legal na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em Decretos, Portarias e Pareceres; nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Médio; e nos Referenciais Curriculares Nacionais da Educação Profissional de Nível Técnico para as áreas profissionais de Construção Civil e Meio Ambiente elaboramos a presente proposta curricular.

Curso: Técnico em Construção Civil

Categoria: Médio

Habilitação: Técnico de Nível Médio em Construção Civil

Quantidade de Períodos: 8

Área: Profissionalizante

Titulação: Técnico de Nível Médio

Carga Horária: 3.720 horas

Dias por período Letivo: 100

Grade Curricular

1º Período

Disciplina	Carga Horária
Artes I	30
Biologia I	60
Educação Física I	45
Física I	60
Geografia I	30
História I	30
Inglês I	30
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira I	60
Matemática I	60
Química I	30
Sociologia I	30
	Total: 465

2º Período

Disciplina	Carga Horária
Artes II	30
Biologia II	60
Educação Física II	45
Física II	60
Geografia II	30
História II	30
Inglês II	30
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira II	60

Matemática II	60
Química II	30
Sociologia II	30

Total: **465**

3º Período

Disciplina	Carga Horária
Biologia III	60
Educação Física III	45
Filosofia I	30
Física III	60
Geografia III	30
História III	30
Inglês III	30
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira III	60
Matemática III	60
Química III	60

Total: **465**

4º Período

Disciplina	Carga Horária
Biologia IV	60
Educação Física IV	45
Filosofia II	30
Física IV	60
Geografia IV	30
História IV	30
Inglês IV	30
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira IV	60
Matemática IV	60
Química IV	60

Total: **465**

5º Período

Disciplina	Carga Horária
Educação Física V	30
Física Aplicada I	60
Inglês V	30
Matemática Aplicada I	30
Química Aplicada I	60
Informática Básica I	60
Comunicação e Informação	30
Patrimônio Cultural	60
Topografia I	60
Mecânica dos Solos I	60
	Total: 480

6º Período

Disciplina	Carga Horária
Educação Física VI	30
Física Aplicada II	60
Inglês VI	30
Matemática Aplicada II	30
Química Aplicada II	60
Informática Básica II	60
História da Arte e Arquitetura	30
Desenho Básico	60
Topografia II	60
Mecânica dos Solos II	60
	Total: 480

7º Período

Disciplina	Carga Horária
Materiais de Construção I	60
Informática Aplicada I	60
Isostática	30
Resistência dos Materiais	60

	23
Tecnologia das Construções I	90
Instalações Hidro- Sanitárias I	30
Instalações Elétricas I	30
Higiene e Segurança do Trabalho	30
Especificações e Orçamentos I	60
Total:	450

8º Período

Disciplina	Carga Horária
Materiais de Construção II	60
Informática Aplicada II	60
Estruturas	90
Tecnologia das Construções II	60
Instalações Hidro- Sanitárias II	60
Instalações Elétricas II	60
Especificações e Orçamentos II	60
Total:	450

Curso: Técnico em Meio Ambiente

Categoria: Médio

Habilitação: Técnico de Nível Médio em Meio Ambiente

Quantidade de Períodos: 8

Área: Profissionalizante

Titulação: Técnico de Nível Médio

Carga Horária: 3.720 horas

Dias por período Letivo: 100

Grade Curricular

1º Período

Disciplina	Carga Horária
Artes I	30
Biologia I	60

24

Educação Física I	45
Física I	60
Geografia I	30
História I	30
Inglês I	30
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira I	60
Matemática I	60
Química I	30
Sociologia I	30
Total:	465

2º Período

Disciplina	Carga Horária
Artes II	30
Biologia II	60
Educação Física II	45
Física II	60
Geografia II	30
História II	30
Inglês II	30
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira II	60
Matemática II	60
Química II	30
Sociologia II	30
Total:	465

3º Período

Disciplina	Carga Horária
Biologia III	60
Educação Física III	45
Filosofia I	30
Física III	60
Geografia III	30

25

História III	30
Inglês III	30
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira III	60
Matemática III	60
Química III	60
Total:	465

4º Período

Disciplina	Carga Horária
Biologia IV	60
Educação Física IV	45
Filosofia II	30
Física IV	60
Geografia IV	30
História IV	30
Inglês IV	30
Língua Portuguesa e Literatura Brasileira IV	60
Matemática IV	60
Química IV	60
Total:	465

5º Período

Disciplina	Carga Horária
Educação Física V	30
Física Aplicada I	30
Inglês V	30
Matemática Aplicada I	60
Química Geral	30
Química Orgânica	30
Informática Básica	60
Comunicação e Informação	30
Desenho Básico	60
Topografia	60

Legislação Ambiental	60
Total:	480

6º Período

Disciplina	Carga Horária
Educação Física VI	30
Física Aplicada II	30
Inglês VI	30
Patrimônio Cultural	60
Química Aplicada	60
Ecossistema e Biodiversidade	120
Microbiologia Ambiental	60
Recursos Naturais	30
Saúde e Meio Ambiente	60
Total:	480

7º Período

Disciplina	Carga Horária
Tratamento de Água e Efluentes I	90
Ecossistema Cerrado I	60
Gestão Ambiental I	120
Climatologia	30
Hidrologia	30
Gerenciamento de Projetos	30
Gestão de Qualidade	30
Monitoramento Ambiental	30
Higiene e Segurança do Trabalho	30
Total:	450

8º Período

Disciplina	Carga Horária
Tratamento de Água e Efluentes II	60
Ecossistema Cerrado II	60

Gestão Ambiental II	120
Empresa e Meio Ambiente	60
Sistema de Água e Esgoto	30
Planejamento Ambiental	60
Recuperação de Áreas Degradadas	60
Total:	450

D) Recursos Humanos

As UNEDs possuem um organograma de funcionamento básico. A flexibilidade no funcionamento ocorre em função dos cursos oferecidos, ou seja, pela variação das disciplinas oferecidas e o conseqüente quadro de professores.

A estrutura funcional da UNED / Cidade de Goiás será constituída de:

Diretoria:

3 funcionários

Gerência Educacional de Atividades Acadêmicas:

1 funcionário

Coordenação de Ensino:

1 funcionário

Coordenação de Interação e Extensão:

3 funcionários

Coordenação de Turnos:

3 funcionários

Coordenação da Área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias:

1 funcionário + professores *1

Coordenação da Área de Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias

1 funcionário + professores *2

Coordenação da Área de Ciências Humanas e suas Tecnologias:

1 funcionário + professores *3

Coordenação do Curso Técnico de Construção Civil:

1 funcionário + professores *4

Coordenação do Curso Técnico de Meio Ambiente:

1 funcionário + professores *5

Biblioteca:

4 funcionários

Gerência Educacional de Administração e Planejamento:

1 funcionário

Coordenação de Material e Patrimônio:

3 funcionários

Coordenação de Recursos Humanos:

3 funcionários

Coordenação de Planejamento:

5 funcionários

A contratação de professores é efetivada em função de regimes de trabalho definidos por cargas horárias semanais. Estes serão distribuídos em coordenações, por área, atendendo à seguinte lotação:

- *1- 3 professores de 40 horas, 13 professores de 20 horas.
- *2- 7 professores de 40 horas, 7 professores de 20 horas.
- *3- 2 professores de 40 horas, 3 professores de 20 horas.
- *4- 2 professores de 40 horas, 3 professores de 20 horas.
- *5- 2 professores de 40 horas, 4 professores de 20 horas.

Obs. : Essas cargas horárias se referem a cada turno de atividades.

Este projeto propõe a criação, na UNED / Cidade de Goiás, de cursos técnicos nos turnos matutino e noturno. O período vespertino ficará reservado para as atividades opcionais em artes, atividades comunitárias, cursos de extensão, reuniões, oficinas didáticas e comunitárias etc; portanto teremos o quadro de professores composto por 32 funcionários com contrato de 40 horas, 60 funcionários com contrato de 20 horas, além de 2 tecnologistas, um para os laboratórios de Construção Civil e o outro para os laboratórios de Meio Ambiente, com contrato de 40 horas cada um.

Para servir de apoio aos professores em aulas nos laboratórios, assim como às coordenações, as UNEDs contam com alunos bolsistas, que recebem bolsas de trabalho de

20 horas semanais, não figurando, portanto, esses auxiliares no quadro de pessoal da instituição.

As atividades de Manutenção, Vigilância e Limpeza atualmente, nas escolas da rede federal, são terceirizadas, não existindo portanto levantamento de quantitativo de pessoal para essas áreas.

5.2 Proposta Concreta Apoiada na Idealização da Estrutura Física

5.2.1 Conceituação do Edifício

Nada existe, ou deve existir, de mais dinâmico do que uma escola. Não há como prever o modelo de funcionamento de uma escola daqui a alguns anos, ou até mesmo, quem sabe, no ano vindouro. As grades curriculares e os conteúdos programáticos estão sujeitos a uma permanente reavaliação. Mudanças podem ocorrer de ano para ano. O edifício destinado a abrigar uma escola, um mero envólucro de proteção, precisa estar em consonância com essa dinâmica.

Para atender a essa escola em permanente mutação o edifício precisa ser flexível enquanto organização espacial.

Dentre as técnicas construtivas hoje empregadas, a que melhor atende a essa flexibilidade é a construção pré-moldada, no sistema de módulos, que permite quando preciso, sejam efetuadas ampliações.

Esse projeto propõe que, para abrigar o setor administrativo, as salas para aulas teóricas, os laboratórios e os ambientes destinados às atividades artísticas e desportivas, seja efetivada a construção de galpões pré-moldados, em concreto armado; cobertura em telhas galvanizadas duplas com preenchimento de poliuretano, que proporcionam conforto térmico e acústico; piso em concreto polido; e fechamento externo com blocos de concreto. As divisões internas se farão pelo uso de divisórias, que serão baixas ou altas, vedadas ou com vidro transparente, dependendo da função do ambiente; dessa maneira promoveremos a construção e instalação de uma escola totalmente em consonância com as necessidades do momento presente.

5.2.2 Escolha do Local

A estrutura física para a instalação da UNED / Cidade de Goiás necessita, como vimos no item anterior, de locais destinados à administração, às salas para aulas teóricas, aos laboratórios, às atividades artísticas e desportivas, o que implica em um aporte considerável de área construída e/ou de terreno, o que inexiste no centro histórico.

Considerando o fato de que os bairros de periferia são hoje os detentores da maioria da população na faixa etária do ensino médio, a grande maioria dos alunos serão oriundos desses bairros.

Considerando, ainda a possibilidade de obtenção de áreas vagas nos Bairros do João Francisco, do Aeroporto, entre outros, propomos que seja buscada nestes locais a área destinada à construção e instalação da UNED / Cidade de Goiás.

No entanto, durante essa busca para a definição de um local, poderá ocorrer o encontro, ao invés de um simples terreno vago, de um terreno já com edificações passíveis de serem reformadas e adaptadas ao uso da UNED / Cidade de Goiás, definindo uma parceria que agilizaria, sobremaneira, a sua implantação.

5.2.3 Programa de Necessidades

A) Espaço Físico para a Área Administrativa

Diretoria – Sala de Reuniões: 50,00m²

Gerência Educacional de Atividades Acadêmicas: 20,00m²

Coord. de Interação e Extensão: 30,00m²

Coord. de Ensino – Coordenação de Turnos: 20,00m²

Coord. da Área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias: 20,00m²

Coord. da Área de Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias: 20,00m²

Coord. da Área de Ciências Humanas e suas Tecnologias: 20,00m²

Coord. do Curso de Construção Civil: 30,00m²

Coord. do Curso de Meio Ambiente: 30,00m²
Gerência Educacional de Administração e Planejamento: 20,00m²
Coord. de Material e Patrimônio: 20,00m²
Coord. de Recursos humanos: 20,00m²
Coord. de Planejamento: 20,00m²
Setor de Transporte: 10,00m²
Almoxarifado: 100,00m²
Copa e Sanitários: 60,00m²
Sub-Total da Área Útil: 490,00m²
Sub-Total da Área Construída: 590,00m²

B) Espaço Físico para a Área Pedagógica

Formação Geral

2 Salas para 20 alunos: 60,00m² (30,00m²/sala)
6 Salas para 40 alunos: 300,00m² (50,00m²/sala)
Laboratórios de Informática: 100,00m² (50,00m²/sala)
Biblioteca: 200,00m²
Laboratórios de Física: 60,00m²
Laboratórios de Química: 60,00m²
Laboratórios de Biologia: 60,00m²

Formação Profissional

Laboratório de Mecânica dos Solos: 50,00m²
Laboratório de Argamassas e Aglomerantes: 60,00m²
Laboratório de Concreto: 40,00m²
Câmara Úmida: 15,00m²
Laboratório de Agregados: 45,00m²
Laboratório de Ensaio Mecânicos: 60,00m²
Laboratório de Técnicas Construtivas: 40,00m²
Baia para Estocagem de Materiais: 60,00m²
Pátio para Aulas Práticas: 200,00m²

Laboratório de Instalações Hidro- Sanitárias: 40,00m²

Laboratório de Instalações Elétricas: 40,00m²

Laboratório de Topografia (Almoxarifado): 20,00m²

Sala de Desenho e Projetos: 50,00m²

Laboratório de Águas Residuais: 40,00m²

Laboratório de Microbiologia: 40,00m²

Laboratório Físico-Químico / Bromatologia: 40,00m²

Sala Multiuso (Vídeo Conferência, Oficinas Temáticas, Reuniões etc.): 150,00m²

Artes

Sala de Pintura e Desenho: 50,00m²

Sala de Escultura: 50,00m²

Sala de Materiais: 10,00

Sala de Gravura: 30,00m²

Sala de Gravação: 12,00m²

Câmara Escura: 3,00m²

Sala de Dança: 100,00m²

Sala de Música: 40,00m²

Sala de Instrumentos: 10,00m²

Sala de Teatro: 100,00m²

Esportes

Ginásio de Esportes com Quadra Poliesportiva e Vestiários / Sanitários: 1.200,00m²

Apoio

3 Sanitários Masculinos: 60,00m² (20,00m² cada)

3 Sanitários Femininos: 75,00m² (25,00m² cada)

Portaria / Recepção: 30,00m²

Setor de Manutenção, Limpeza e Vigilância com Copa e Sanitários: 150,00m²

Sub-Total da Área Útil: 3.750,00m²

Sub-Total da Área Construída: 4.500,00m²

Total da Área Útil: 4.240,00m²

Total da Área Construída: 5.090,00m²

C) Móveis e Equipamentos

Diretoria – Sala de Reuniões:

1 escrivaninha de 1,70m; 1 cadeira c/ rodízios, espaldar alto; 4 cadeiras s/ rodízios; 1 escrivaninha de 1,50m; 1 mesa p/ reuniões (2 módulos de 1,50m); 2 armários fechados; 13 cadeiras c/ rodízios; 1 computador; 1 mesa p/ computador; 1 mesa p/ impressora; 1 impressora.

Gerência Educacional de Atividades Acadêmicas:

2 escrivaninhas de 1,50m; 2 cadeiras c/ rodízios; 2 cadeiras s/ rodízios; 1 mesa p/ computador; 1 computador; 1 impressora; 1 mesa p/ impressora; 2 armários.

Coord. de Interação e Extensão:

3 escrivaninhas de 1,50m; 3 cadeiras c/ rodízios; 2 cadeiras s/ rodízios; 1 mesa p/ computador; 1 computador; 1 impressora; 1 mesa p/ impressora; 2 armários.

Coord. de Ensino – Coordenação de Turnos:

2 escrivaninhas de 1,50m; 2 cadeiras c/ rodízios; 2 cadeiras s/ rodízios; 1 mesa p/ computador; 1 computador; 1 impressora; 1 mesa p/ impressora; 2 armários.

Coord. da Área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias:

2 escrivaninhas de 1,50m; 2 cadeiras c/ rodízios; 6 cadeiras s/ rodízios; 1 mesa de 1,50m; 1 mesa p/ computador; 1 computador; 1 impressora; 1 mesa p/ impressora; 2 armários.

Coord. da Área de Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias:

2 escrivaninhas de 1,50m; 2 cadeiras c/ rodízios; 6 cadeiras s/ rodízios; 1 mesa de 1,50m; 1 mesa p/ computador; 1 computador; 1 impressora; 1 mesa p/ impressora; 2 armários.

Coord. da Área de Ciências Humanas e suas Tecnologias:

2 escrivaninhas de 1,50m; 2 cadeiras c/ rodízios; 6 cadeiras s/ rodízios; 1 mesa de 1,50m; 1 mesa p/ computador; 1 computador; 1 impressora; 1 mesa p/ impressora; 2 armários.

Coord. do Curso de Construção Civil:

2 escrivaninhas de 1,50m; 2 cadeiras c/ rodízios; 6 cadeiras s/ rodízios; 1 mesa de 1,50m; 1 mesa p/ computador; 1 computador; 1 impressora; 1 mesa p/ impressora; 2 armários.

Coord. do Curso de Meio Ambiente:

2 escrivaninhas de 1,50m; 2 cadeiras c/ rodízios; 6 cadeiras s/ rodízios; 1 mesa de 1,50m; 1 mesa p/ computador; 1 computador; 1 impressora; 1 mesa p/ impressora; 2 armários.

Gerência Educacional de Administração e Planejamento:

2 escrivaninhas de 1,50m; 2 cadeiras c/ rodízios; 2 cadeiras s/ rodízios; 1 mesa p/ computador; 1 computador; 1 impressora; 1 mesa p/ impressora; 2 armários.

Coord. de Material e Patrimônio:

2 escrivaninhas de 1,50m; 2 cadeiras c/ rodízios; 2 cadeiras s/ rodízios; 1 mesa p/ computador; 1 computador; 1 impressora; 1 mesa p/ impressora; 2 armários.

Coord. de Recursos humanos:

2 escrivaninhas de 1,50m; 2 cadeiras c/ rodízios; 2 cadeiras s/ rodízios; 1 mesa p/ computador; 1 computador; 1 impressora; 1 mesa p/ impressora; 2 armários.

Coord. de Planejamento:

2 escrivaninhas de 1,50m; 2 cadeiras c/ rodízios; 2 cadeiras s/ rodízios; 1 mesa p/ computador; 1 computador; 1 impressora; 1 mesa p/ impressora; 2 armários.

Setor de Transporte:

1 escrivaninha de 1,20m; 1 cadeira c/ rodízios; 1 armário.

Almoxarifado:

1 escrivaninha de 1,20m; 1 cadeira c/ rodízios; 1 mesa p/ computador; 1 mesa p/ impressora; 1 computador; 1 impressora; 1 armário; 20 prateleiras metálicas.

Copa:

1 fogão; 1 geladeira; 1 armário p/ cozinha.

Salas de Aulas Teóricas para 20 alunos (x 2):

1 escrivaninha de 1,20m; 1 cadeira s/ rodízios; 20 carteiras.

Salas de Aulas Teóricas para 40 alunos (x 6):

1 escrivaninha de 1,20m; 1 cadeira s/ rodízios; 40 carteiras.

Laboratórios de Informática (x 2):

20 computadores; 20 mesas p/ computador; 2 impressoras; 2 mesas p/ impressora;
1 armário; 20 cadeiras c/ rodízios.

Biblioteca:

5 computadores; 5 mesas p/ computador; 1 escrivaninha de 1,20m; 1 impressora;
1 mesa p/ impressora; 3 mesas de 1,50m; 4 mesas de 0,90m x 0,60m; 22 cadeiras s/
rodízios; 6 cadeiras c/ rodízios; 1 armário; 48 estantes dupla face de 1,00m; livros.

Laboratórios de Física:

1 escrivaninha de 1,20m; 1 cadeira s/ rodízios; 5 bancadas c/ tampo vinílico; 20
bancos; 2 módulos de equipamentos p/ física geral.

Laboratórios de Química:

1 escrivaninha de 1,20m; 1 cadeira s/ rodízios; 5 bancadas c/ tampo em granito; 20
bancos; capela c/ exaustão; lava-olhos/ducha; phmetro; destilador; balança
analítica; banho-maria; bomba de vácuo; manta e chapa de aquecimento; vidrarias,
acessórios e produtos químicos.

Laboratórios de Biologia:

1 escrivaninha de 1,20m; 1 cadeira s/ rodízios; 5 bancadas c/ tampo em granito; 20
bancos; 10 microscópios; jogo de lâminas, acessórios, vidrarias, produtos químicos,
aparelhos diversos.

Laboratório de Mecânica dos Solos:

20 bancos; 5 bancadas c/ tampo em pranchão de madeira; balanças eletrônica e
analítica; prensas mecânica-manual e computadorizada; banho-maria; caixas
metálicas de chapa de ferro diversas; cápsulas de alumínio, aço e porcelana;
moldes, bandejas, peneiras, agitadores, ferramentas, aparelhos e acessórios
diversos.

Laboratório de Argamassas e Aglomerantes:

1 balança c/ precisão de 0,01g p/ 2.000g; 1 balança c/ precisão de 0,1g p/ 10.000g;

1 misturador mecânico cap. 5 l; 1 misturador mecânico cap. 20 l; 1 estufa de 33x38x43cm; diversos aparelhos, acessórios, peneiras, moldes etc. ; 20 bancos; 5 bancadas c/ tampo em pranchão de madeira.

Laboratório de Concreto:

1 betoneira 120 l; 1 betoneira 320 l; 1 vibrador c/ agulha 20mm; 1 balança com capacidade p/ 100 Kg; 1 prensa p/ compressão c/ capacidade p/ 120 Kgf e 24 Kgf; 1 máquina retificadora de corpos de prova; 20 moldes cilíndricos c/ diam. 15cm alt. 30cm; 20 moldes cilíndricos c/ diam. 10cm alt. 20cm; 2 conjuntos p/ “slump”; 1 aparelho p/ medir ar incorporado; 20 bancos; 5 bancadas c/ tampo em pranchão de madeira; capela c/ exaustão; fogareiro.

Laboratório de Agregados:

1 balança c/ precisão de 0,1g p/ 40.000g; 1 balança c/ precisão de 0,1g p/ massas submersas; 1 estufa de 63x81x75cm; 1 agitador mecânico p/ peneiras circulares; 1 agitador mecânico p/ peneiras quadradas; 2 jogos de peneiras circulares; 2 jogos de peneiras quadradas; recipientes p/ estocagem de agregados graúdo e miúdo; diversos aparelhos, acessórios e ferramentas; 20 bancos; 5 bancadas c/ tampo em pranchão de madeira.

Laboratório de Ensaio Mecânicos:

1 prensa universal de ensaios com capacidade p/ 1000 KN c/ acessórios p/ compressão e tração em madeira, aço, concreto, materiais cerâmicos; 1 esclerômetro.

Laboratório de Técnicas Construtivas:

1 policorte; 1 esmeril; ferramentas diversas.

Laboratório de Instalações Hidro- Sanitárias:

1 escrivaninha de 1,20m; 1 cadeira s/ rodízios; 5 bancadas c/ tampo em pranchão de madeira; 20 bancos

Laboratório de Instalações Elétricas:

1 escrivaninha de 1,20m; 1 cadeira s/ rodízios; 5 bancadas c/ tampo em pranchão de madeira; 20 bancos

Laboratório de Topografia (Almoxarifado):

1 escrivaninha de 1,20m; 1 cadeira s/ rodízios; 2 armários; 5 nível c/ tripé; 5 jogos de Teodolito c/ equipamentos e acessórios; 5 jogos de Estação Total eletrônica c/ acessórios; 20 calculadoras eletrônicas.

Sala de Desenho e Projetos:

20 pranchetas baixas 0,90m x 0,60m; 20 cadeiras c/ rodízios; 20 computadores; 20 mesas p/ computador; 1 impressora; 1 mesa p/ impressora; 1 plotter.

Laboratório de Águas Residuais:

1 escrivaninha de 1,20m; 1 cadeira s/ rodízios; 5 bancadas c/ tampo em granito; 20 bancos; bomba de ar a vácuo; banho-maria; estufa; forno mufla; agitador rotativo magnético; aparelhos, acessórios, produtos químicos etc.

Laboratório de Microbiologia:

1 escrivaninha de 1,20m; 1 cadeira s/ rodízios; 5 bancadas c/ tampo em granito; 20 bancos; estufas para cultura e para esterilização e secagem; autoclave; microscópios; balanças analítica e de precisão; refrigerador; banho-maria; aparelhos, acessórios, produtos químicos etc.

Laboratório Físico-Químico / Bromatologia:

1 escrivaninha de 1,20m; 1 cadeira s/ rodízios; 5 bancadas c/ tampo em granito; 20 bancos; capela c/ exaustor; banho-maria; centrífuga; estufa; destilador de água pura; centrífugas; agitadores rotativos magnéticos; aparelhos, acessórios, produtos químicos etc.

Sala Multiuso (Oficinas Temáticas, Reuniões etc.):

3 mesas de 1,50m; 12 cadeiras s/ rodízios; 80 carteiras estofadas.

Sala de Pintura e Desenho:

21 cadeiras s/ rodízios; 1 escrivaninha de 1,20m.

Sala de Escultura / Sala de Materiais:

20 bancos; 5 bancadas c/ tampo em pranchão de madeira ; 1 escrivaninha de 1,20m; 1 cadeira s/ rodízio; 1 armário; 3 estantes metálicas.

Sala de Gravura:

20 bancos; 5 bancadas c/ tampo vinílico; 1 escrivaninha de 1,20m; 1 cadeira s/ rodízio.

Sala de Música / Sala de Instrumentos:

20 cadeiras s/ rodízios; 1 armário; 3 estantes metálicas.

Sala de Teatro:

20 cadeiras s/ rodízios; 3 armários.

Vestiários do Ginásio de Esportes (x 2):

5 roupeiros metálicos de 8 divisões.

Portaria / Recepção:

1 escrivaninha de 1,20m; 1 cadeira c/ rodízio; 1 computador; 1 mesa p/ computador; 1 impressora; 1 mesa p/ impressora.

Setor de Manutenção, Limpeza e Vigilância com Copa

3 escrivaninha de 1,20m; 9 cadeiras s/ rodízio; 1 fogão; 1 geladeira; 1 mesa de 1,50m; 1 armário de cozinha.

5.3 Proposta de Inserção Social através da UNED / Cidade de Goiás

Os Bens Culturais são “merecedores de proteção”, o que lhes garante a preservação para as gerações futuras, pelo fato de simbolizarem a Nação e representarem manifestações culturais.

No Brasil as iniciativas de proteção, historicamente, foram desenvolvidas pelos intelectuais de várias áreas da cultura, intelectuais esses “de perfil tradicional que se propõe a atuar no Estado em nome da cultura, identificada aos valores das camadas cultas”. Esses intelectuais foram uma espécie de “mediadores simbólicos” já que transformam em “*universais*, em termos *estéticos*, e *nacionais* em termos *políticos*, valores relativos, atribuídos a partir de uma perspectiva e de um lugar no espaço social” (Fonseca, 1997: 11-13).

Com a mudança das diretrizes do serviço nacional de patrimônio, em meados da década de 1970, essa política foi contestada por valorizar exclusivamente os bens culturais das elites. A partir de então, houve uma atualização da noção de patrimônio que propunha,

através de uma maior abrangência da política federal de patrimônio, promover sua democratização e “colocá-la a serviço da construção da cidadania” (Fonseca, 1997:14). Apesar da constatação de que “a questão cultural raramente aparece na agenda dos partidos políticos ou nos discursos de eventuais candidatos” (Fonseca,1997:16), os políticos que vêm seus interesses econômicos, ou o interesse econômico de seus “correligionários” serem prejudicados pelas normas de proteção, principalmente, do patrimônio edificado e do patrimônio ambiental, utilizam do discurso do tombamento de caráter elitista dos bens patrimoniais, para colocar as populações, notadamente das periferias dos centros históricos, contra esses mesmos bens, chegando ao absurdo criminoso de incentivar a sua depredação.

O povo brasileiro tem uma característica bastante peculiar quando se trata de um bem, qualquer que seja ele: não tem o menor interesse em valorizar ou proteger o que não lhe pertence, e os patrimônios culturais, grosso modo, não são considerados como seu. A cidade de Goiás é constituída de pessoas oriundas de vários locais, apesar de possuir uma pequena população; a grande maioria dos seus jovens, apesar de muitos terem nascido na cidade, não guardam com ela vínculos de ancestralidade, e mesmo os que têm esse vínculo, não valorizam a cidade enquanto Patrimônio Cultural da Humanidade, nem muito menos o patrimônio ambiental representado pelo Parque Estadual da Serra Dourada - esses bens não lhes pertencem.

Retomando um dado já citado na justificativa do presente projeto, a Carta de Atenas de 1931 já salientava a importância da educação no incremento do interesse dos povos pela proteção dos patrimônios culturais através do desenvolvimento do interesse e do respeito por esses patrimônios. Também na Conferência Geral da UNESCO – 12ª sessão, Paris / dezembro de 1962 que trata da Recomendação Relativa a Salvaguarda da Beleza e do Caráter das Paisagens e Sítios, em seu inciso V- Educação do Público, alínea 37, recomenda: “uma ação educativa deveria ser empreendida, dentro e fora das escolas, para despertar e desenvolver o respeito do público pelas paisagens e sítios e para tornar mais conhecidas as normas editadas para garantir sua salvaguarda” (Cartas Patrimoniais. IPHAN,2000:89).

A proposta da criação da UNED / Cidade de Goiás, em seu propósito de viabilizar cursos de Construção Civil, com enfoque para preservação e restauro de patrimônio

edificado, e de Meio Ambiente, com enfoque no desenvolvimento sustentável do ecossistema “cerrado”, propõe a profissionalização desses jovens em duas importantes áreas do mercado de trabalho e busca levá-los a uma tomada de consciência da importância desses patrimônios para suas vidas; também através dos cursos de Artes Plásticas, Artes Cênicas, Música, Dança, enfim todas as manifestações artísticas vinculadas aos patrimônios imateriais, oferecidos aos alunos e extensivos à comunidade busca a inserção dessa mesma comunidade nesse processo cultural e a valorização desses patrimônios culturais.

A proposta de criação de uma Escola de qualidade, pertencente à Rede Federal de Educação, proposta esta concebida em função dos diversos patrimônios presentes nesta cidade, mas que pode abranger um universo maior, se funda na idéia de que esses patrimônios têm uma grande importância para toda a comunidade; que eles lhes pertencem enquanto representantes da Nação e da Cultura da Humanidade e necessitam, por parte dessa mesma comunidade, de zelo e proteção.

As escolas tornam-se cada vez mais um fórum da comunidade.

Pelo Brasil afora, existem, há muito tempo em funcionamento e com ótimos resultados, experiências de inserção social de jovens e suas famílias carentes através da música, da dança, do artesanato, dentre outros.

Esses programas têm sido desenvolvidos por iniciativa e/ou participação em parcerias com entidades como o SESC, SEBRAE, diversas ONGs, além de vários outros parceiros.

A UNED / Cidade de Goiás envolvida com as questões do patrimônio, imbuída da tarefa de promover a inserção social através das participações de sua comunidade interna e também da externa nas diversas manifestações do patrimônio cultural, será certamente um grande fórum de toda comunidade da periferia da cidade de Goiás, onde seus problemas serão discutidos, analisados e encaminhados para solução.

A UNED / Cidade de Goiás, com a participação de seus professores, principalmente os da área de artes em geral, da história da arte e arquitetura, sociologia, filosofia, português e esportes, deverá participar ativamente junto à comunidade. Os professores da área profissional de Construção Civil poderão atuar através de um escritório modelo, no apoio a solução de problemas de sua área específica, dando suporte técnico às reformas,

construções, recuperações estruturais, restaurações etc. , assim como os da área de Meio Ambiente poderão auxiliar sobremaneira, usando do mesmo expediente do escritório modelo a desenvolver apoio na solução de problemas de poluição em geral, degradação ambiental, dentre outros.

Propõe-se também a utilização de um imóvel tombado, na área central da cidade, pertencente ao Patrimônio da União, ou de propriedade particular com contrato de comodato (ou outra forma de cessão de uso), para instalação de um Museu-Laboratório onde serão observados e estudados os materiais e saberes tradicionais da construção civil, pelos alunos, que posteriormente servirão de guias para disponibilizar esses conhecimentos à comunidade local e aos turistas, fazendo uma ponte de ligação entre a escola enquanto edifício atual, moderno, localizado em um bairro de periferia e um edifício tombado, no centro histórico, atuando dessa forma como um reforço à esta proposta de inserção social.

Muito importante se faz a parceria com entidades vinculadas ao patrimônio, como o IPHAN, responsável maior por sua proteção legal; a UNESCO; a Igreja , como detentora de vários imóveis tombados, museus, arquivos históricos e por sua atuação junto às comunidades; a AGEPEL, órgão que divide com o IPHAN, ao nível estadual, a responsabilidade pela proteção ao patrimônio; os Poderes Públicos Estadual e Municipal, através de várias Secretarias; diversos Governos Estrangeiros; Fundação Jaime Câmara, Fundação Roberto Marinho, SEBRAE, SESC, SENAI, SENAC e várias ONGs; além do apoio institucional dos ministérios da Educação, da Cultura, do Meio Ambiente e Recursos Renováveis, da Ciência e Tecnologia, das Cidades que através de seus programas especiais de crédito financeiro e apoio técnico, muito poderão contribuir com a viabilização deste projeto; enfim, a UNED / Cidade de Goiás deverá ser a potencializadora de toda essa estrutura de apoio à comunidade através de seu espaço físico e seu contingente humano.

6. Metodologia

No presente momento econômico torna-se difícil, quase impossível, a proposição de um projeto desse porte com custos assumidos exclusivamente pela União.

Dessa forma, a metodologia para a criação e implantação da UNED / Cidade de Goiás, no que concerne à parte financeira, será a divisão entre parceiros das despesas referentes à sua implantação, instalação e funcionamento, que se propõe seja a seguinte:

- o Município fará a doação da área para a construção dos edifícios que sediarão a escola e fornecerá o mobiliário para as áreas administrativa e pedagógica;
- o Estado executará a construção dos edifícios necessários ao pleno funcionamento da UNED / Cidade de Goiás;
- a Iniciativa Privada, ONGs, Governos Estrangeiros, enfim parceiros não pertencentes aos poderes públicos brasileiros, se incumbirão da instalação dos laboratórios, com a doação dos equipamentos especificados;
- a União se responsabilizará pela manutenção dos recursos humanos e dos materiais de consumo, ou seja, após a instalação da UNED / Cidade de Goiás, será responsável pelo seu funcionamento.

Essa proposta, no entanto, permite flexibilidade quanto à participação dos três primeiros parceiros, podendo ser intercambiável, entre eles, a contribuição de cada um. A UNED / Cidade de Goiás, como uma *unidade descentralizada*, tem por norma legal ser uma escola vinculada administrativamente à escola sede em Goiânia, ao CEFET / Goiás, portanto a União será, obrigatoriamente, a responsável pelo seu funcionamento. No entanto, para cumprir plenamente as propostas de formar jovens envolvidos com o patrimônio, e de promover a sua inserção social, a de suas famílias e de sua comunidade, a UNED / Cidade de Goiás deverá desenvolver parcerias diversas como as citadas anteriormente, que deverão ser buscadas para a viabilização deste Projeto.

Durante o trabalho de pesquisa para este projeto, o IPHAN, através de sua Superintendente Regional, Sr^a Salma Saddi Wares Paiva e a Diocese de Goiás, através de seu Bispo, Dom Eugênio Rixen, colocaram-se no apoio a esta iniciativa. São apoios institucionais muito importantes a este projeto, principalmente no que diz respeito às propostas de valorização dos patrimônios culturais e à de inserção social e, acreditamos, esses apoios se tornarão parcerias muito importantes.

7. Programação

Com base no exposto no item anterior, metodologia, a implantação desse Projeto pressupõe a existência de parcerias, que se pretende buscar junto aos poderes municipal e estadual e junto à iniciativa privada, às ONGs e outros parceiros. Tendo em vista que para a viabilização dessas associações deverão ocorrer infinitas negociações, seja de ordem política, seja de ordem econômica ou fiscal, é bastante temerário definir-se um tempo rígido para que elas ocorram, dessa forma não consideramos nessa programação, prazos para a sua concretização, nem tampouco, para a definição do local de sua implantação.

A elaboração dos Projetos Técnico-Construtivos destinados a viabilizar a construção dos edifícios destinados a abrigarem a UNED / Cidade de Goiás, ocorrerá num prazo de 2 (dois) meses, e se dividem em:

- Projeto de Arquitetura
- Projeto de Fundações, Estruturas e Coberturas
- Projeto Hidro-Sanitário e Pluvial
- Projeto Elétrico e de Comunicações
- Projeto de Urbanização e Paisagismo

Os trabalhos de Construção dos Edifícios demandará um tempo total de 12 (doze) meses para a sua execução. Esses serviços serão distribuídos nas seguintes etapas e prazos:

- Instalação do Canteiro de Obras: 2 (duas) semanas.
- Serviços de Terraplanagem: 2 (duas) semanas.
- Execução das Fundações: 2 (dois) meses.
- Montagem das Estruturas e Coberturas: 2 (dois) meses.
- Execução das Alvenarias: 3 (três) meses.
- Esquadrias e Vidros: 3 (três) meses.
- Instalações Hidro-Sanitárias e Pluviais: 1 (um) mês e meio.
- Instalações Elétricas e de Comunicações: 2 (dois) meses.
- Revestimentos e Pavimentações: 4 (quatro) meses.
- Pinturas: 1 (um) mês e meio.
- Limpeza: 2 (duas) semanas.

A execução da Urbanização e Paisagismo é prevista para um tempo de 2 meses.

Obs.: Várias dessas etapas ocorrem de forma concomitante.

Para a instalação dos equipamentos são previstos 2 (dois) meses, pelo fato desse serviço ser realizado por pessoal especializado, enviado pela própria indústria fabricante.

8. Orçamento

8.1 Estrutura Física

A primeira etapa a ser cumprida para a viabilização da construção de um edifício é a elaboração dos Projetos Técnico-Construtivos. Em função da natureza do edifício e de sua área, esses projetos terão um custo de:

- Projeto de Arquitetura: R\$65.000,00
- Projeto de Fundações, Estruturas e Coberturas: R\$40.000,00
- Projeto Hidro-Sanitário e Pluvial: R\$20.000,00
- Projeto Elétrico e de Comunicações: R\$30.000,00
- Projeto de Urbanização e Paisagismo: R\$15.000,00

Total do Serviço dos Projetos Técnico-Construtivos: R\$170.000,00

Por se tratar de um projeto idealizado de edifício tomamos, para composição dos preços de suas diversas etapas, o valor por metro quadrado (m²) da tabela do SINDUSCON (Sindicato da Indústria da Construção em Goiás) referente ao mês de abril de 2004 que foi orçado em R\$670,68 (seiscentos e setenta reais, sessenta e oito centavos). A esse valor foi acrescentado 25% referentes ao BDI, totalizando R\$838,35 (oitocentos e trinta e oito reais, trinta e cinco centavos) por metro quadrado (m²) da construção.

Dessa forma, os trabalhos de construção desses edifícios totalizarão um valor de R\$4.267.200,00 (quatro milhões, duzentos e sessenta e sete mil, duzentos reais) distribuídos, segundo a proposta de programação, nas seguintes etapas:

- Elaboração dos Projetos Técnico-Construtivos: R\$170,000,00

- Canteiro de Obras / Máquinas / Equipamentos: R\$170.688,00
- Terraplanagem e Escavação: R\$106.680,00
- Fundações: R\$213.360,00
- Montagem das Estruturas e Coberturas: R\$1.066.800,00
- Alvenarias: R\$426.720,00
- Esquadrias e Vidros: R\$384.066,00
- Instalações Hidro-Sanitárias e Pluviais: R\$384.030,00
- Instalações Elétricas e de Comunicação: R\$512.064,00
- Revestimentos e Pavimentações: R\$768.096,00
- Pinturas: R\$213.360,00
- Limpeza: R\$21.336,00

Total da Execução da Construção dos Edifícios: R\$4.267.200,00

Os trabalhos de Urbanização e Paisagismo são considerados como complementares à construção dos edifícios, constituem portanto um item à parte:

- Urbanização e Paisagismo: R\$225.000,00

Total da Execução da Urbanização e do Paisagismo: R\$225.000,00

8.2 Móveis e Equipamentos

Diretoria – Sala de Reuniões:

Móveis: R\$5.680,00

Equipamentos: R\$2.210,00

Gerência Educacional de Atividades Acadêmicas:

Móveis: R\$2.230,00

Equipamentos: R\$2.210,00

Coord. de Interação e Extensão:

Móveis: R\$2.600,00

Equipamentos: R\$2.210,00

Coord. de Ensino – Coordenação de Turnos:

Móveis: R\$2.230,00

Equipamentos: R\$2.210,00

Coord. da Área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias:
Móveis: R\$5.440,00
Equipamentos: R\$2.210,00

Coord. da Área de Ciências da Natureza, Matemática e suas Tecnologias:
Móveis: R\$5.440,00
Equipamentos: R\$2.210,00

Coord. da Área de Ciências Humanas e suas Tecnologias:
Móveis: R\$3.230,00
Equipamentos: R\$2.210,00

Coord. do Curso de Construção Civil:
Móveis: R\$3.230,00
Equipamentos: R\$2.210,00

Coord. do Curso de Meio Ambiente:
Móveis: R\$3.230,00
Equipamentos: R\$2.210,00

Gerência Educacional de Administração e Planejamento:
Móveis: R\$2.230,00
Equipamentos: R\$2.210,00

Coord. de Material e Patrimônio:
Móveis: R\$2.230,00
Equipamentos: R\$2.210,00

Coord. de Recursos humanos:
Móveis: R\$2.230,00
Equipamentos: R\$2.210,00

Coord. de Planejamento:
Móveis: R\$2.230,00
Equipamentos: R\$2.210,00

Setor de Transporte:
Móveis: R\$920,00

Almoxarifado:

Móveis: R\$3.640,00

Equipamentos: R\$2.210,00

Copa:

Equipamentos: R\$2.020,00

2 Salas de Aulas Teóricas para 20 alunos:

Móveis: R\$2.100,00

6 Salas de Aulas Teóricas para 40 alunos:

Móveis: R\$10.860,00

2 Laboratórios de Informática:

Móveis: R\$12.770,00

Equipamentos: R\$76.880,00

Biblioteca:

Móveis: R\$39.550,00

Equipamentos: R\$9.770,00

Livros: R\$189.000,00

Laboratórios de Física:

Móveis: R\$4.390,00

Equipamentos: R\$17.950,00

Laboratórios de Química:

Móveis: R\$4.390,00

Equipamentos: R\$19.150,00

Laboratórios de Biologia:

Móveis: R\$4.390,00

Equipamentos: R\$42.750,00

Laboratório de Mecânica dos Solos:

Móveis: R\$3.100,00

Equipamentos: R\$23.670,00

Laboratório de Argamassas e Aglomerantes:

Móveis: R\$4.100,00

Equipamentos: R\$15.760,00

Laboratório de Concreto:

Móveis: R\$4.100,00
Equipamentos: R\$29.915,00
Laboratório de Agregados:
Móveis: R\$4.100,00
Equipamentos: R\$16.500,00
Laboratório de Ensaio Mecânicos:
Equipamentos: R\$236.000,00
Laboratório de Técnicas Construtivas:
Equipamentos: R\$1.815,00
Laboratório de Instalações Hidro- Sanitárias:
Móveis: R\$4.390,00
Laboratório de Instalações Elétricas:
Móveis: R\$3.390,00
Laboratório de Topografia (Almoxarifado):
Móveis: R\$1.450,00
Equipamentos: R\$173.400,00
Sala de Desenho e Projetos:
Móveis: R\$8.250,00
Equipamentos: R\$50.120,00
Laboratório de Águas Residuais:
Móveis: R\$4.390,00
Equipamentos: R\$24.890,00
Laboratório de Microbiologia:
Móveis: R\$4.390,00
Equipamentos: R\$44.340,00
Laboratório Físico-Químico / Bromatologia:
Móveis: R\$4.390,00
Equipamentos: R\$84.790,00
Sala Multiuso (Oficinas Temáticas, Reuniões etc.):
Móveis: R\$8.940,00
Sala de Pintura e Desenho:

Móveis: R\$2.890,00

Sala de Escultura / Sala de Materiais:

Móveis: R\$5.360,00

Sala de Gravura:

Móveis: R\$3.390,00

Sala de Música / Sala de Instrumentos:

Móveis: R\$3.570,00

Sala de Aula de Teatro:

Móveis: R\$4.340,00

2 Vestiários do Ginásio de Esportes:

Móveis: R\$3.770,00

Portaria / Recepção:

Móveis: R\$510,00

Equipamentos: R\$2.210,00

Setor de Manutenção, Limpeza e Vigilância com Copa:

Móveis: R\$2.030,00

Equipamentos: R\$2.020,00

Total do Valor dos Móveis: R\$206.090,00

Total do Valor dos Equipamentos: R\$904.890,00

10. Cronograma Financeiro

CRONOGRAMA FINANCEIRO (EM REAIS)																
Nº	ESPECIFICAÇÕES	PERÍODO EM MESES												TOTAL ITEM		
		01	02	03	04	05	06	07	08	09	10	11	12		13	14
01	PROJETOS TÉCNICO-CONSTRUTIVOS	85.000	85.000												170.000	
02	CANTEIRO DE OBRAS, MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS		170.688												170.688	
03	TERRAPLANAGEM E ESCAVAÇÕES			106.680											106.680	
04	FUNDAÇÕES			53.330	106.700	53.330									213.360	
05	MONTAGEM DAS ESTRUTURAS E COBERTURAS				533.400	533.400									1.066.800	
06	ALVENARIAS						71.120	142.240	142.240	71.120					426.720	
07	ESQUADRIAS E VIDROS								192.033	192.033					384.066	
08	INSTAL. HIDRO-SANITÁRIAS E PLUVIAIS								128.010	128.010			128.010		384.030	
09	INSTALAÇÕES ELÉTRICAS E DE COMUNICAÇÕES								128.016	128.016		128.016	128.016		512.064	
10	REVESTIMENTOS E PAVIMENTAÇÕES									192.024	192.024	192.024	192.024		768.096	
11	PINTURAS											71.130	142.230		213.360	
12	LIMPEZA												10.668	10.668	21.336	
TOTAL DA CONSTRUÇÃO			170.688	160.010	640.100	586.730	71.120	142.240	590.299	711.203	192.024	192.024	391.170	408.924	10.668	4.267.200
13	URBANIZAÇÃO E PAISAGISMO												112.500	112.500	225.000	
14	MOBILIÁRIO													206.090	206.000	
15	EQUIPAMENTOS												452.445	452.445	904.890	
TOTAL DO MÊS		85.000	255.688	160.010	640.100	586.730	71.120	142.240	590.299	711.203	192.024	192.024	503.670	973.869	669.203	5.773.180

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CÂMARA, Jaime. Os Tempos da Mudança. Livraria e Editora Cultura Goiana / Casa do Autor Goiano, 2ª edição – Goiânia, 1973.

CHOAY, Françoise. A Alegoria do Patrimônio. Estação Liberdade: Editora UNESP, São Paulo, 2001.

Educação profissional: referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico / Ministério da Educação. – Brasília: MEC, 2000.
Área profissional: Construção civil

Educação profissional: referenciais curriculares nacionais da educação profissional de nível técnico / Ministério da Educação. – Brasília: MEC, 2000.
Área profissional: Meio Ambiente

FONSECA, Maria Cecília Londres. O Patrimônio em Processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Editora UFRJ/MinC-IPHAN, Rio de Janeiro, 1997.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. A Retórica da Perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil. Editora UFRJ/MinC-IPHAN, Rio de Janeiro, 1996

Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Brasil). Cartas Patrimoniais. 2ª ed. rev. aum. – Rio de Janeiro: IPHAN, 2000

MENESES, Ulpiano T. Bezerra de. “A paisagem como fato cultural”. In: Yázigi, Eduardo (org.). Turismo e Paisagem. São Paulo: Contexto, 2001.

Parâmetros curriculares nacionais: ensino médio. / Ministério da Educação. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. – Brasília: Ministério da Educação, 1999.

YÁZIGI, Eduardo. “A importância da paisagem”. In: Yázigi, Eduardo (org.). Turismo e Paisagem. São Paulo: Contexto, 2001.

ANEXO

As Vicissitudes do Projeto

Ao ingressarmos neste Mestrado, tínhamos por objetivo o desenvolvimento de um Projeto de Gestão em patrimônio edificado, com enfoque na área de arqueologia.

Quando o professor Klaas, na disciplina Patrimônio Cultural: Problemas e Perspectivas, determinou a elaboração de um trabalho de análise de bem patrimonial, no 1º semestre de 2003, este projeto começou a ser delineado.

Em função de dois fatos: a nossa participação na elaboração do Dossiê do Art Déco de Goiânia, que incluiu os prédios originais da antiga Escola Técnica, hoje CEFET, e o Pórtico comemorativo ao Batismo Cultural de Goiânia, restaurado/reconstruído com projeto de nossa autoria, e também presente no CEFET, e o fato de estarmos ministrando aulas nesta escola, nos propusemos a fazer a análise proposta sobre o seu patrimônio edificado. Durante o desenvolvimento da pesquisa junto às comunidades interna e externa, constatamos não haver maneira de analisar a importância dos prédios apenas pelo enfoque da arquitetura, e que a sua importância estava no fato de neles existir o CEFET com seus envolvimento educacionais, políticos, etc. Dessa forma, ao pesquisarmos a entidade CEFET, buscando sua trajetória histórica, retrocedemos à cidade de Goiás, onde essa escola foi fundada e existiu por mais de 30 anos. Ao analisarmos os aspectos relativos à transferência dessa escola para Goiânia, constatamos que a cidade de Goiás ficou, desde então, sem meios de proceder uma educação que privilegiasse a formação profissional de seus jovens e havia, portanto, uma dívida histórica com aquela cidade.

Dessa forma foi-se definindo a proposta desse trabalho. Em um primeiro momento a proposta era conjugar os aspectos físicos e institucionais de uma escola dando enfoque ao físico, portanto um projeto “real” de arquitetura para abrigar uma entidade “ideal” escola.

Feito o esboço inicial da proposta, procuramos do diretor geral do CEFET, Sr. Geraldo Silva de Almeida, que considerou viável a idéia mas alertou para o fato de ser necessária a busca de parcerias e informou que a forma possível de criação dessa escola seria através da criação de uma UNED - Unidade de Ensino Descentralizada, vinculada administrativamente à escola sede em Goiânia. Partimos então para um contato com o

MEC, mais precisamente com a SEMTEC - Secretaria do Ensino Médio e Tecnológico, onde a professora Ivone Maria Elias Moreyra, servidora do CEFET / Goiás, ocupava a função de diretora dos programas do Sistema de Educação Profissional. Após quatro agendamentos e cancelamentos de audiência, conseguimos viabilizar uma conversa, que acabou por acontecer na UFG, em Goiânia. Essa conversa, consideramos proveitosa na confirmação da viabilidade para a criação dessa UNED. A professora Ivone confirmou a necessidade de parceria e informou que havia uma preocupação pessoal do senhor Presidente da República, quanto à ampliação da rede de escolas de formação profissional e, principalmente, sua disseminação pelas cidades do interior do País.

Mantivemos contato com a Sr^a Salma Saddi Wares Paiva, superintendente da 14^a Superintendência Regional do IPHAN, com o propósito de apresentar-lhe a proposta do projeto e buscar um prédio, sob a tutela do IPHAN, para a instalação da escola, preferencialmente o Quartel do XX, que possibilitaria uma integração entre periferia e centro histórico, contrapondo-se ao discurso e também ao sentimento de que a valorização do centro histórico leva a uma marginalização da periferia, e estudar a possibilidade de parcerias. Apesar de se mostrar entusiasta da proposta, e prometer o apoio institucional, informou que o Quartel do XX já havia sido entregue, em comodato, por 10 anos, à Secretaria de Educação Estadual para a instalação do CEP - Centro de Educação Profissional, que promove cursos rápidos de formação de mão-de-obra, cursos esses que no caso da cidade de Goiás, ocorrem na área hoteleira.

Sugeriu também, a Sr^a. Salma, que procurássemos o bispo da cidade de Goiás, Dom Eugênio Rixen que, segundo ela, além de ser uma pessoa bastante preocupada com a formação profissional de jovens, poderia nos possibilitar uma parceria quanto ao comodato de algum edifício de propriedade da Diocese. Posteriormente, após algumas tentativas e idas à cidade de Goiás, com finalidade de manter contato com Dom Eugênio, conseguimos uma entrevista. Ele se mostrou entusiasmado com o projeto e se prontificou a apoiá-lo, visando sua concretização, inclusive junto ao Governo Federal, e informou não possuir nenhum imóvel que pudesse comportar a escola.

No Quartel do XX, mantivemos contato com a diretora do CEP, Sr^a Hellê Coutinho Alencastro, que também considerou a proposta desse projeto bastante interessante para a cidade, e propôs que tentássemos uma parceria entre o CEP e o CEFET. De volta a Goiânia

contactamos novamente o diretor geral do CEFET, que descartou a possibilidade de parceria com a Secretaria Estadual de Educação, em função de com ela manter um convênio para o funcionamento da UNED / Jataí, que durante o exercício de 2003, teve cumprida apenas 20% de suas obrigações contratuais.

Em função desses fatos, por várias vezes estivemos por abandonar a proposta, apesar da consciência de seu alcance social. No entanto, apoiado principalmente pelo professor Klaas, pelo professor Manuel, por outros professores e colegas do mestrado e por alguns colegas do CEFET, decidimos continuar.

Para viabilizar o projeto decidimos mudar o seu enfoque: deixamos o projeto “real com arquitetura definida e uma proposta de idealização da escola” e abraçamos um projeto de uma “escola concreta, com proposta curricular e de lotação de servidores, numa idealização de arquitetura”. Em função desse novo enfoque, deixamos também a proposta de utilização de um prédio do centro histórico, com as devidas reformas e adaptações e partimos para a idealização dessa escola dentro do conceito moderno da flexibilidade.

Interessante se faz relatar é que essa “mudança de rumo” no projeto não fez com que as dificuldades cessassem. Para os laboratórios, principalmente na área do Meio Ambiente, não conseguimos um consenso sobre suas necessidades, entre os professores consultados do CEFET. Este projeto, tanto na definição dos ambientes físicos, como na formulação das grades curriculares é o resultado de uma síntese dos dados coletados e das observações feitas durante o desenvolvimento da presente proposta. Dessa forma, e em função da já referenciada dinâmica necessária à existência de uma escola, este projeto deverá ser adequado, tanto no aspecto curricular, quanto no aspecto físico, no momento de sua execução.

No entanto, todos esses fatos, que num primeiro momento nos causaram bastante angústia ao imporem, de certa forma, a “mudança de rumo” a este Projeto, se mostraram de grande valia, pois proporcionaram a elaboração de uma proposta que deverá servir de base a uma discussão mais ampla sobre a questão da profissionalização de nossos jovens com o enfoque no respeito, proteção e conservação de nosso patrimônio cultural. Acreditamos que este Projeto motivará os diversos setores da sociedade, que propusemos parceiros, para a efetiva implantação da Unidade de Ensino Descentralizada da Cidade de Goiás, a UNED / Cidade de Goiás.

This document was created with Win2PDF available at <http://www.win2pdf.com>.
The unregistered version of Win2PDF is for evaluation or non-commercial use only.
This page will not be added after purchasing Win2PDF.